

## 6. Conclusão

A conclusão mais clara ao fim de todos esses anos que envolveram a construção desta pesquisa é a de que o objetivo principal do início ao fim da empreitada foi o de se aproximar de uma parte do pensamento social brasileiro onde estão idéias de forte influência sobre as decisões acerca do perfil de inserção do Brasil no ambiente internacional.

Para tanto, 1989 é um ano muito peculiar. Em 1989, ruíram os regimes comunistas da Polônia, da Hungria, da Tchecoslováquia e da Alemanha Oriental, bem como o Muro de Berlim, para ficar apenas na superfície dos fatos.<sup>1</sup> As revoluções se sucederam de modo teoricamente surpreendente, sem uma reação mais dura de Moscou. O Kremlin, pelo contrário, muitas vezes incentivou – como no caso da Alemanha Oriental – a implementação de reformas nos seus países-satélites, demonstrando com essa e outras posições que procurava romper com a chamada Doutrina Brezhnev, bem como com as heranças do passado stalinista.

Foi interessante perceber, por exemplo, que toda essa situação no ambiente internacional foi interpretada no Brasil e disseminada na grande mídia como demonstração da ineficiência dos controles mais rígidos do Estado – em especial sobre a economia –, que eram vistos, ao menos na época, como uma herança clara do regime autoritário militar. Nesse momento de conjunção da transformação internacional com a primeira eleição direta para presidente no Brasil em mais de 20 anos, o Estado foi apontado como a origem de todos os males. Era preciso reduzir o seu alcance.

Mas 1989 não foi somente o desmoronamento do comunismo e da Guerra Fria, naquele momento a revolução tecnológica e a integração dos mercados internacionais despontavam como grandes sensações do momento. Nesse contexto, o Brasil vinha ainda se debatendo com a crise da dívida de 1982 e com os limites impostos pelos problemas no Balanço de Pagamentos. O modelo exportador gerava alguns benefícios e resultados positivos ao setor externo da economia brasileira, mas a inflação e o caos social não davam trégua.

---

<sup>1</sup> Por esse motivo, uma boa linha de pesquisa em comunicação e relações internacionais pode ser analisar as representações midiáticas dos fatos históricos do ambiente internacional em 1989.

E, de fato, o Brasil mudou o seu perfil de inserção a partir de 1989, em especial no que diz respeito aos fluxos internacionais de mercado. O país, sob pressão, abandonou as prerrogativas do Gatt e reduziu unilateralmente as tarifas de importação de modo substantivo a partir de 1988/89. Os novos temas – como o meio ambiente e a propriedade industrial – foram inseridos na agenda. O intercâmbio financeiro com o mundo foi regulamentado. O Brasil fechou acordos comerciais e consolidou o Mercosul – também acompanhando uma tendência mundial de formação de acordos regionais, como o Nafta e a União Européia. Apesar da forte característica estratégica da política externa brasileira em relação ao Mercosul, o acordo regional no primeiro momento denota um período de acomodação e cooperação entre as duas rivalidades do Cone Sul, e tanto Brasil quanto Argentina reduziram as suas posições de conflito na área nuclear e de mísseis.

O ano de 1989 é sem dúvida revolucionário no Brasil e no mundo, e isso o transforma em um caso em potencial de estudos em busca de algum tipo de “pensamento social” de “cultura política” – neste trabalho constituído por um conjunto de representações textuais midiaticizadas e produzidas na época. Nesse sentido, reuniu-se uma amostragem do que foi escrito como opinião sobre o perfil de inserção do Brasil no mundo em 1989.

O foco na economia se deu também por uma série de razões que vão além da escolha pessoal do pesquisador. De uma certa forma, de fato o que mais mudou a partir de 1989 foram as relações econômicas internacionais do país, que sem dúvida alguma se tornou mais integrado aos mercados mundiais a partir de então. Não à toa, o tema foi consensual entre as lideranças – mesmo que as próprias lideranças não estivessem em consenso sobre a forma de se ampliar a integração. Ampliar a integração era consensual em 1989, ao menos dentro do conjunto-pensamento midiaticizado na época.

Ao mesmo tempo, o contexto é rico na produção de representações de como o país deveria se inserir na economia mundial de modo a superar a condição não só de crise mas também periférica da população em termos materiais. Esse, por definição, é um lugar abundante para estudos que unam relações internacionais e o desenvolvimento, como foi, em última instância, uma das pretensões deste trabalho.

Da mesma forma, esta pesquisa procurou dar continuidade a trabalhos anteriores<sup>2</sup> onde questões de política externa e relações internacionais são analisadas pelo caminho das idéias, trazendo o esforço desta vez para o contexto brasileiro. Essa postura parte de ao menos uma certeza: a de que a decisão não pode ser tomada sem uma linguagem anterior, que a constitui, e isso é mais notório em momentos de altíssima transformação, crise e incerteza, como foi 1989.

Além disso, outro produto do esforço aqui empreendido foi a conjunção espontânea entre a heterodoxia do campo teórico das relações internacionais e os estudos de comunicação com base na análise de representações, em especial aqueles que focam nas representações sociais como estas se materializam na linguagem, “nos processos e nos produtos da comunicação e da cultura midiática”, aos quais se destacam as imagens e os significados construídos pelos meios e compartilhados na sociedade”. (Pereira, Gomes e Figueiredo, 2004, p.7) Nesse campo, vale apontar para a necessidade, que esta obra reforça, do pluralismo comunicativo como forma de se ampliar as possibilidades da democracia. Quando mais a comunicação estiver concentrada, mais limitado será o debate político.

Nesse contexto e com esse instrumental à mão, foram identificadas na mídia representativa três idéias principais que definem o momento (idéias-contexto): uma de crise nas relações econômicas do Brasil com o mundo, que pairava sobre o país desde o início da década; outra de uma crise interna sem precedentes, de um esgarçamento total das regras políticas, sociais e econômicas; e uma terceira de um “mundo em transformação”, com a revolução tecnológica, a integração dos mercados, a proliferação de novos regimes democráticos e o fim da Guerra Fria.

Ao mesmo tempo, as idéias de uma crise sem precedentes e de um mundo em completa transformação serviram de base para o ataque generalizado ao Estado que praticamente dominou o debate público impresso no Brasil de 1989. Nesse momento, o passado desenvolvimentista e mesmo exportador é questionado. Os privilégios e a corrupção são temas correntes. O Estado protege empresas e um mundo de funcionários públicos ineficientes. Financia marajás e manda para o exterior as riquezas do país. O

---

<sup>2</sup> Como, por exemplo: Ituassu, 2000, 2001, 2002.

Estado produz a incontrolável inflação e está na defensiva no mundo inteiro, inclusive nos países comunistas.

O ataque ao Estado vinha de todos os lados, tanto de quem defendia menos regulação da economia quanto de quem, de forma progressista, alertava para a tomada do setor público brasileiro por interesses particulares, a sua “privatização”. Para eles, diminuir a presença do Estado significava “desprivatizá-lo”. Como escreveu Márcio Thomaz Bastos:

O problema refere-se ao tamanho e às características que o Estado adquiriu entre nós, e que exigem uma reavaliação a fundo do seu papel. Fala-se muito hoje em modernização e em preparação do Brasil para o próximo século que se aproxima e, a nosso ver, isto inclui necessariamente o problema do Estado.<sup>3</sup>

Uma idéia forte foi a de que era preciso tirar o Estado da frente para não se ficar para trás. Assim, três alvos principais dominaram: o isolamento, ou seja, uma suposta postura tradicional do Brasil refratária à participação na economia internacional; os modelos de gerência econômica: o modelo exportador, forte desde a industrialização da pauta brasileira a partir dos anos 1970 e da crise da dívida no início da década de 1980, e o modelo desenvolvimentista tradicional que perdurou no país ao longo praticamente de todo o século XX (1930-1989)<sup>4</sup>; e, por último, o Estado, o Estado *per se*, na forma como atuava e estava constituído no Brasil, vista muitas vezes como uma herança do período autoritário e sob pressão da associação ressaltada na época entre liberdade econômica e liberdade política. A predominância do Estado como alvo é tamanha, que percebe-se a sua presença mesmo nos dois primeiros alvos citados. Afinal, o “isolamento” é visto na maior parte das vezes como produto do modelo desenvolvimentista voltado “para dentro” e estatizante.

Os consensos, no entanto, chegavam mais rarefeitos ao terreno das propostas, onde se destacaram os temas da “abertura” e da “reforma do Estado”. Para muitos, ainda defensores do modelo exportador, o Brasil deveria se integrar mais ao comércio internacional, mas de uma forma que apoiasse primordialmente a atividade exportadora,

---

<sup>3</sup> M.T. Bastos, “De olho no ano 2000”, in Folha de S.Paulo, Opinião, p.A-3.

<sup>4</sup> É interessante pensar o período 1930-1989 em relação ao 1914-1989 que caracteriza o “breve século XX” de Hobsbawm. Longe dos conflitos militares da Europa, o “breve século XX” brasileiro é pautado pela economia.

com a importação de máquinas, equipamentos e insumos tecnológicos necessários, com financiamentos subsidiados, isenções tarifárias e câmbio favorável. Esse tipo de internacionalização (internacionalização centralizada), no entanto, se mostrava ainda muito dependente de um papel ativo do Estado, e perde espaço com o fortalecimento da idéia de reforma.

Não à toa, Fernando Collor de Mello, ainda em campanha, publica um texto em *O Globo* onde sugere caminhos alternativos no sentido de garantir “transformações profundas que libertem as exportações brasileiras da dependência de incentivos oficiais e da retração da demanda interna”. Para que passem a expressar “o reflexo de nossa pujança. E não de nossas dificuldades.”<sup>5</sup> É na conjunção entre “abertura” e “reforma do Estado” que se constituirá o novo perfil de inserção econômica do Brasil no mundo em transformação de 1989.

Collor se situará em uma posição distante da “xenofobia” que produz ataques à participação do Brasil no comércio internacional, visto pela corrente como uma atividade exploratória de agentes internacionais como os grandes bancos e o FMI, mesmo que o presidente tenha estes na mira quando trata da necessidade de renegociação dos parâmetros da dívida. Afinal, eleito, Fernando Collor afirmou em Londres, em fevereiro de 1990:

Para os países em desenvolvimento de modo geral, ou especialmente para a América Latina, o esforço exigido pelo pagamento da dívida não deixou de produzir conseqüências econômicas cada vez mais graves, e nem de nos aproximar perigosamente do limiar da ruptura social.<sup>6</sup>

Collor, no entanto, se posicionará também contra o modelo exportador e o seu aprofundamento, e bastante favorável a uma reforma radical do Estado. Como representativamente afirmou no mesmo discurso em Londres:

De fato, a construção do Estado brasileiro vem incorporando ao longo da história distorções graves. A tendência que vem do período colonial é a de que o Estado se constitua em centro único de poder no País, controlando e bloqueando a manifestação das forças da sociedade. Neste processo, o aparelhamento do Estado se auto-reproduz, se agiganta e entra em atividades típicas da esfera privada,

---

<sup>5</sup> F.C. de Mello, “O novo papel das exportações”, in *O Globo*, O País, 31 mai 1989, p.3.

<sup>6</sup> F.C. de Mello, “Discurso na Câmara de Comércio do Brasil em Londres”. Reproduzido em *O Globo*, 9 fev 1990, p.6.

ao mesmo tempo em que perde eficiência nas que são próprias do poder público. A hipertrofia burocrática termina por enfraquecer o Estado, que não tem recursos, não tem prestígio, não tem autoridade e, portanto, não é respeitado.<sup>7</sup>

Nesse momento, a “reforma do Estado” está associada à integração, ainda mais quando é percebida como atrativa ao investimento internacional. De fato, em 1989 estão sendo definidos os novos contornos do embate entre intervencionistas e liberais sobre o perfil de integração do país à economia internacional.

Neste trabalho também foi, por exemplo, interessante perceber que alguns estudos sobre a União Soviética no fim da Guerra Fria apontam para uma “acomodação” no comportamento externo como forma de garantir suporte para as reformas internas (Lebow in Lebow e Risse-Kappen, cap.7) e/ou de conseguir participar da comunidade internacional a fim de obter certos benefícios, ressaltando que o custo de permanecer fora do sistema na posição de enfrentamento militar passou a ser visto em Moscou como um problema, na relação com os benefícios econômicos de participar! (Kenneth Oye in Lebow e Risse-Kappen, cap.3)

“Participar” é uma palavra interessante usada também por Fernando Collor de Mello. Disse o presidente recém eleito no discurso proferido na Câmara de Comércio do Brasil, em Londres, em 8 de fevereiro de 1990:

O Brasil se recusa a ser nação confinada em meio às oportunidades e desafios da cooperação internacional. Deseja participar ativamente do intercâmbio de experiências com outros povos. Orgulhoso de sua identidade, buscará, como sempre, a colaboração franca e igualitária com seus parceiros. Sua atitude é de diálogo e solidariedade num Mundo cada vez mais revigorado pelo ideal de liberdade e pelo imperativo da paz.<sup>8</sup>

Ou como afirmou o presidente da Rhodia do Brasil, Edson Vaz Musa, na *Folha*, em 1º de outubro de 1989: “O próximo presidente terá que recolocar o Brasil como participante do processo de globalização da economia.”<sup>9</sup>

De alguma forma, pode-se pensar em um paralelo entre as acomodações relativas de Brasil e União Soviética durante o período do fim da Guerra Fria. Mesmo que as

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> F.C. de Mello, Discurso na Câmara de Comércio do Brasil, Londres, 8 fev 1990, publicado em *O Globo*, 9 fev 1990, p.6.

<sup>9</sup> E.V. Musa, “O caminho é único”, in *Folha de S.Paulo*, Opinião, 1o out 1989, p.A-3.

questões em pauta sejam específicas de cada um dos países e de cada uma das situações: a crise da dívida, a ameaça de uma constante crise no Balanço de Pagamentos e a necessidade de renegociar os parâmetros de pagamento do débito externo no Brasil; e o enfrentamento da Guerra Fria para os soviéticos, o fardo de carregar tamanho dispêndio de recursos. O fato é que, em um certo sentido, a percepção disseminada de uma crise constante nas relações econômicas internacionais do Brasil e a situação apresentada de crise econômica e social sem precedentes certamente abriram caminho para uma transformação no perfil de inserção do país na economia mundial.

Finalmente, é importante aqui chamar a atenção para a importância do debate público na constituição das ações políticas. Como afirma o pensador indiano Amartya Sen, “a discussão pública – somada ao voto e às eleições – é parte do coração de qualquer democracia”, como apontam os trabalhos de John Stuart Mill, John Rawls e Jurgen Habermas. (Sen, 2005, p.81 e 182) Nesse sentido, pode-se afirmar, como já foi dito: menos livre é o país cuja comunicação é concentrada.

Do alto do fim de 2007, é possível olhar para 1989 e pensar o ano como ponto de origem e “invenção” de uma tradição recente de internacionalização na economia política do Brasil. Como definiu Hobsbawm (in Hobsbawm e Ranger, 1983, p.1): uma tradição inventada se constitui como uma série de práticas, governadas por regras aceitas e rituais ou eventos de natureza simbólica, cuja intenção é reforçar certos valores e normas ou padrões de comportamento por repetição. Nesse contexto, o único risco de olhar para trás é o de encontrar a nós mesmos.